



INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA - IFRR

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

ANDERS PERERA TRINDADE

**DESAFIOS DA PERMANÊNCIA E ÊXITO PARA ALUNOS DO PRÓ-EJA NO
ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO**

BOA VISTA - RR

2026

ANDERS PERERA TRINDADE

**DESAFIOS DA PERMANÊNCIA E ÊXITO PARA ALUNOS DO PRÓ-EJA NO
ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Roraima (IFRR), como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Freire

BOA VISTA - RR

2026

RESUMO

O presente trabalho investiga os desafios inerentes à permanência e ao êxito escolar no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional e Tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos (PRÓ-EJA). A problemática central foca nas barreiras institucionais e pedagógicas que impedem a conclusão dos cursos técnicos por parte de jovens e adultos no contexto do IFRR. O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar os fatores que impactam a permanência e o êxito dos alunos do Proeja em cursos de Educação Profissional e Tecnológica. A metodologia adotada seguiu uma abordagem qualitativa e exploratória, estruturada por meio de revisão bibliográfica e de uma análise documental fundamentada em registros de evasão e dados do INEP. Como principais resultados, o estudo indica que o sucesso escolar e a motivação discente estão intrinsecamente ligados ao acolhimento psicopedagógico e à valorização dos saberes prévios dos alunos, conforme defendido por teóricos como Paulo Freire e Gaudêncio Frigotto. Como conclusão chegou-se a proposição de um plano de ação voltado ao aprimoramento de metodologias de ensino dialógicas e inclusivas, visando mitigar a evasão histórica e promover uma formação humana integral que prepare o estudante para atuar de forma transformadora na sociedade e no mundo do trabalho.

Palavras-chave: PRÓ-EJA; Gestão Educacional; Permanência e Êxito; Educação Profissional e Tecnológica.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 O PESQUISADOR E SEU CONTEXTO	5
1.2 APRESENTANDO A PESQUISA	6
1.3 OBJETIVOS	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
3. METODOLOGIA	19
3.1 TEMÁTICA DA REVISÃO DE LITERATURA	20
3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA	17
4. REVISÃO DE LITERATURA	18
4.1 QUADRO DE REVISÃO DE LITERATURA – PRODUÇÕES ANALISADAS	18
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
6. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	28
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
8. REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

1.1 O PESQUISADOR E SEU CONTEXTO

A compreensão da trajetória formativa de um indivíduo exige, antes de tudo, uma análise dialética entre as vivências acadêmicas e a prática profissional, situando-as no contexto das transformações sociais. Minha jornada acadêmica consolidou-se com a graduação em Administração pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), concluída em 2018. Durante aquele período, a fundamentação teórica que guiava minha percepção sobre o fenômeno educativo era fortemente influenciada por um paradigma instrumental e pragmático. Nesse entendimento mercadológico, o ensino era concebido prioritariamente como um treinamento técnico, cujo objetivo central residia na adequação do indivíduo às demandas imediatas das organizações e do capital.

Essa perspectiva inicial, centrada na eficiência e na produtividade, reflete o que a literatura crítica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) identifica como o dualismo educacional. Essa visão fragmentada pressupõe uma separação entre o "pensar" e o "fazer", destinando ao trabalhador apenas o domínio operacional de tarefas específicas. No entanto, o contraste com a realidade social e as contradições do mundo do trabalho revelaram a insuficiência dessa abordagem puramente técnica para responder aos anseios de uma formação humana que se pretenda emancipatória.

A transição iniciou-se de forma mais contundente ao ingressar na Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Roraima (IFRR). Este momento representou o despertar para a necessidade de compreender a educação como um campo de pesquisa indissociável das transformações sociais e das modificações estruturais da sociedade. Ao contrário da visão adestradora do ensino técnico tradicional, a EPT apresenta o trabalho como princípio educativo, onde a técnica não é um fim em si mesma, mas um meio pelo qual o homem interage com a natureza e com outros homens para produzir sua existência.

O aprofundamento nos estudos teóricos — fundamentado em obras como as de Saviani (2007) e Frigotto (2005), referenciadas em meu trabalho, elucidou e consolidou minha

compreensão sobre a formação humana omnilateral. Este conceito, pilar central da EPT, propõe o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, integrando as dimensões científica, tecnológica, histórica e social. A formação omnilateral opõe-se à formação unilateral imposta pelo mercado, que busca reduzir o sujeito a uma mercadoria ou a simples "mão de obra" especializada.

Neste novo horizonte, o aluno deixa de ser visto como um insumo produtivo e passa a ser compreendido como um sujeito histórico e agente ativo. O compromisso da EPT é contribuir para que os estudantes tornem-se autônomos e críticos frente à realidade. Isso implica reconhecer que a educação profissional não deve apenas ensinar a operar máquinas, mas permitir que o trabalhador compreenda os fundamentos científicos das ferramentas que utiliza e a função social da sua atividade produtiva.

Portanto, a trajetória aqui relatada representa um processo de superação da consciência ingênua pela consciência crítica. A vivência no IFRR permitiu-me ressignificar a Administração não apenas como gestão de recursos, mas como uma ferramenta que, se aliada à ética e à justiça social, pode colaborar para a construção de instituições de ensino mais inclusivas. Esta jornada reafirma meu compromisso com uma prática educativa que prioriza a dignidade humana e a transformação da realidade social, garantindo que o direito ao conhecimento seja, de fato, um instrumento de libertação e equidade.

1.2 APRESENTANDO A PESQUISA

A educação vai além do processo de ensinar e aprender, ela representa o meio pelo qual hábitos, costumes e valores culturais são transmitidos de geração em geração. A partir disso é possível afirmar que o ensino tem por objetivos assegurar a formação, o desenvolvimento profissional, social e pessoal, não apenas dos jovens, mas da sociedade como um todo.

O processo educativo vem passando por sucessivas transformações, com a principal finalidade de encontrar metodologias de ensino e aprendizagens mais alinhadas não apenas com o perfil do jovem moderno, mas com a inclusão de adultos no processo. Como forma de acompanhar esta evolução, busca-se o incremento de inovações tecnológicas como forma de despertar a criatividade e potencializar as competências, habilidades e atitudes.

Na atual dinâmica social, frente às complexidades que surgem a cada dia, onde a contemporaneidade impõe seus desafios, é inevitável estar continuamente atualizado e capacitado. É necessário considerar as possibilidades de ampliação de nossas competências,

sejam elas intelectuais e profissionais. Diante disso, a evolução das carreiras tem atingido atualmente um ponto crítico, como consequência do aumento da competitividade e dos requisitos profissionais, assim, possuir conhecimentos diferenciados, pode ser fator de manutenção, ou até mesmo, conquista de uma nova colocação no mundo do trabalho.

As implicações causadas pela pandemia não nos eximem das inquietações que as mudanças tecnológicas impõem à sociedade como um todo, com o surgimento quase diário de novos conhecimentos e saberes, é mais do que essencial acompanhar tais avanços. Todos sabem que a chamada “Era da Informação” influenciou e ainda influencia a pedagogia e as pesquisas em educação. Nosso modelo educacional atual, cuja influência remonta à Revolução Industrial, é considerado por muitos não apenas ultrapassado, como inadequado aos jovens do século XXI. (HEINSFELD; PISCHETOLA, 2019).

No decorrer dos últimos anos, a procura por especializações tem crescido de forma bastante acentuada, assim, as carreiras profissionais, bem como o mundo do trabalho, exigem algo formal, que possa comprovar os conhecimentos adquiridos (não apenas a experiência prática), intensificando-se, assim, a procura por certificações.

O futuro da educação encontra-se em aberto, podendo ser direcionado conforme os esforços que conduzimos no presente. O típico dilema do estudar ou trabalhar, mais frequente do que imaginamos, em se tratando de Brasil, pode e deve ser superado. Devemos vencer a pobreza cultural, a qual se torna cada vez mais em alienação social. De fato, se a escola não se preocupa com o enriquecimento humano, no sentido da humanização, acaba por contribuir com a lógica capitalista que é a alienação da classe trabalhadora (BORGES, 2019).

Contudo, preparar alguém para uma melhor posição no mundo do trabalho, não significa torná-lo um cidadão em sua plenitude, mas pode representar os caminhos a seguir no que diz respeito aos propósitos de compreender o que ocorre com o mundo ao seu redor.

O presente estudo aborda os desafios da permanência e do êxito escolar no âmbito do programa nacional de integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ao integrar-se à modalidade EJA, assume o compromisso de oferecer uma formação humana integral que supere a histórica dualidade entre o "saber fazer" e o "saber pensar". No entanto, o cenário atual revela que a permanência desses estudantes na educação profissional é afetada por complexas barreiras socioeconômicas e pedagógicas. Segundo o Censo Escolar do INEP de 2024, em 2024 foram efetivadas 1.414.929 matrículas no EJA Ensino Fundamental e 976.390 matrículas no EJA Ensino Médio, sendo que o índice de evasão ficou em torno de 8% para o Ensino Fundamental e entre 8 e 12% no Ensino Médio. (BRASIL, 2025). Quanto ao índice de

evasão no PROEJA nos Institutos Federais (IFs), o Relatório de análise dos dados e indicadores de Ensino (Plataforma Nilo Peçanha e Acórdão TCU nº 612/2021) aponta que na rede federal foram matriculados 1.982.778 alunos nos Institutos Federais (IF) em 2024, dos quais 292.908 evadiram (14%). Já no Instituto Federal de Roraima (IFRR) foram matriculados 7.208 alunos, dos quais 752 evadiram (10,43%), sendo 505 da educação presencial e 247 da educação à distância. (BRASIL, 2024).

Este estudo fundamenta-se na necessidade de investigar como as práticas docentes e as políticas institucionais podem mitigar a evasão. Utilizando dados que apontam altas taxas de abandono na rede pública, a pesquisa busca articular o conhecimento adquirido na pós-graduação com a proposição de estratégias que garantam não apenas o acesso, mas principalmente a conclusão, com sucesso, dos cursos técnicos.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores que impactam a permanência e o êxito dos alunos do PROEJA em cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar fatores de evasão.
- Analisar políticas institucionais de permanência.
- Propor ações de intervenção fundamentadas nos resultados obtidos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A evolução das carreiras tem atingido atualmente um ponto crítico, como consequência do aumento da competitividade e dos requisitos profissionais. Possuir conhecimentos e competências diferenciadas pode ser fator de manutenção, ou até mesmo, conquista de uma nova colocação no mundo do trabalho, ignorar tais afirmações pode ser o suficiente para deixar qualquer um em situação de desvantagem. Levando-se em consideração a realidade do Brasil, identifica-se um alto índice de jovens e adultos que não concluíram ou estão cursando o Ensino Médio, neste contexto o estudo analisa propostas de ações educacionais exitosas que possam representar transformações sociais eficazes e eficientes. (LAZZARESCHI; GRAGLIA, 2023).

Assim, por meio de cursos profissionalizantes, como a Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com certificação federal, os jovens podem adquirir conhecimento que irão aprimorar em seus ambientes de trabalho. Além de receberem um grande aperfeiçoamento individual, preparando-os para o mundo do trabalho, demonstrando preocupação com o futuro, não só dos jovens e adultos, mas na contribuição com a formação de uma sociedade melhor e mais qualificada, com um elevado grau de conhecimentos. Nesse sentido, pode-se entender que a educação profissional e tecnológica segue a própria evolução humana, pois desde os primórdios, o homem destacou-se dos outros animais através de sua capacidade de adaptação, uma vez que enquanto a sobrevivência dos demais animais dependia exclusivamente da natureza, o homem procurou novas formas de independência através de descobertas, desenvolvendo instrumentos, ampliando, assim, seu conhecimento. (BORGES, 2019).

Diante disso, a ciência nada mais é do que a disposição humana em transmitir as descobertas durante as gerações. Esta ação de transmissão de conhecimentos e técnicas pode ser perfeitamente entendida como algo inerente ao indivíduo, assim, pode-se entender que o processo aconteceu de forma natural, através de seu próprio desenvolvimento. Quando se pensa em educação profissional e tecnológica, tem-se em mente o próprio desenvolvimento da humanidade, embora o termo EPT hoje esteja ligado ao mundo do trabalho e possa aparentar algo atual, ligado ao senso comum de tecnologia, o conceito vai muito além, advém do próprio desenvolvimento humano.

Não é exagerado afirmar que a educação profissional e tecnológica (EPT) acompanha o homem desde os tempos mais remotos, quando se transferiam os saberes e técnicas profissionais pela observação, pela prática e pela repetição. De geração em geração, eram repassados os conhecimentos sobre a fabricação de utensílios e ferramentas, de instrumentos de caças e outros que possibilitassem o funcionamento das sociedades, garantindo a sobrevivência de homens e mulheres (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p. 153).

A relação entre educação básica e educação profissional, no Brasil, sempre estiveram marcadas pela dualidade. Enquanto a educação básica era destinada aos burgueses proprietários dos meios de produção, sendo desenvolvida de forma intelectual, a educação profissional era destinada às camadas mais pobres, para o desempenho de algum ofício, consistindo em sua maioria de trabalhos manuais, braçais e artesanais, os quais a elite não tinha interesse em desempenhar, pois os consideravam indignos, refletindo assim a divisão de classes.

As primeiras manifestações do que hoje conhecemos como educação profissional, pode-se dizer, têm suas origens em tempos bem remotos, surgiram no Brasil com o início da colonização portuguesa no século XV. Eram ensinados ofícios aos indígenas e aos escravos, como forma de educação para o trabalho. No final do século XVII, a indústria açucareira entra em declínio no Brasil, e a Coroa Portuguesa passou a estimular a busca de ouro, cuja mineração estimulou o estabelecimento das primeiras vilas próximo às jazidas e a criação das Casas de Fundição e de Moedas, e, com elas, a necessidade de um ensino especializado, ocorrendo uma mudança de foco da educação profissional, voltando-se agora para os filhos do homem branco empregado das Casas de Fundição. Pela primeira vez, estabelecia-se uma espécie de educação quase formal, na qual passados 5 ou 6 anos, o aluno era submetido a uma espécie de banca avaliadora, a qual ficava incumbida de validar os conhecimentos adquiridos. Caso aprovado, o aluno recebia a Certidão de Aprovação (BRASIL, 2009).

Com a proibição da instalação de fábricas pelo Alvará de 1785, o movimento tecnológico ficou estagnado. Porém, a transferência da sede do reino português para o Brasil, em 1808, favoreceu o processo de formação do Estado Nacional gerando, em seu bojo, o aparelho educacional escolar, que persistiu durante um século e meio, basicamente com a mesma estrutura. Nesse cenário, deu-se a criação do Colégio das Fábricas, o primeiro estabelecimento público com a finalidade de atender à educação de artistas e aprendizes, pois se entendia necessário a formação de pessoas para o desempenho de funções específicas. Esta preocupação não poderia estar ligada apenas àquele momento de transição, deveria ser algo mais efetivo, que gerasse reflexos para as gerações futuras. (CUNHA, 2000).

No ano de 1906 é realizado o Congresso de Instrução, que apresenta ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio do Governo da União e dos Estados. Em seu discurso de posse, o presidente do Brasil, Afonso Pena, declarou: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (BRASIL, 2009).

Pelo Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, Nilo Peçanha – então Presidente do Estado do Rio de Janeiro – iniciou o ensino técnico no Brasil, com a criação de quatro escolas profissionais, nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. As três primeiras destinavam-se ao ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola. (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p.156).

A instalação das escolas nas capitais dos Estados teria a intenção propagar o ensino profissional de forma gratuita. Nesta fase inicial, teria servido de auxílio às populações mais

pobre, as quais eram constituídas de pobres, ex-escravos, órfãos, etc., dando origem às Escolas Politécnicas que agregava múltiplas técnicas, dentro de uma concepção capitalista, que defendia a formação de trabalhadores para executar com eficiência determinadas tarefas requeridas pelo mercado de trabalho. (SAVIANI, 2003).

Muniz e Silva (2024) destacam que a política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foi criada no Brasil no início do século XIX, com o objetivo de profissionalizar os filhos das classes menos assistidas e desprovidas de recursos financeiros. Através do Decreto nº 7.566/1909 foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, que eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e ofereciam, através do ensino profissional primário e gratuito, conhecimentos técnicos e práticos para menores das classes menos favorecidas com o objetivo de formar operários e contramestres. Este período é muito importante para a educação profissional, pois traz consigo o ideário do ensino público, distribuído pelo país e de forma gratuita. Esta ação visava o crescimento das cidades, de forma que auxiliasse o acesso à educação pelas classes proletariadas, preparando-os tecnicamente e intelectualmente, ajudando assim sua sobrevivência.

Na década de 30, período fortemente marcado por grandes transformações, tanto no cenário mundial quanto no cenário nacional, em que se vivia o início da industrialização, a especialização da mão de obra passou a ser representativa. Em 14 de novembro de 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja Inspetoria de Ensino Profissional Técnico a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes subordinadas ao Ministério da Agricultura. Com essa medida, a educação profissional ganhou força, surgindo, neste período, novas escolas industriais, com novas especializações, demonstrando que a educação ansiava de modificações profundas para fazer frente às mudanças desenvolvimentistas da época. A Constituição de 1937, pela primeira vez, trata especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, como elemento estratégico. No mesmo ano, a Lei nº 378/1937 transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados a difundir nacionalmente o ensino profissional em todos os ramos e níveis. (BRASIL, 2009).

No ano de 1941, surge no Brasil uma série de leis orgânicas na área de educação que viriam a ficar conhecida como “Reforma Capanema”, que, dentre suas mudanças estava a equiparação da educação profissional ao de nível médio (pois até esta fase somente tinham acesso ao ensino superior os concludentes do ensino secundário) e os Liceus passaram a ser chamados de Escolas Industriais e Técnicas (EIT). Em 1942, através do Decreto-Lei nº 4.073 foi estabelecida a divisão do ensino industrial em dois ciclos, sendo o primeiro ciclo composto pelos ensinos industrial básico, de mestria, artesanal e a aprendizagem,

enquanto o segundo abrangia os ensinos técnico e pedagógico; e através do Decreto-lei nº 4.048 foi criado Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), sob coordenação da Confederação nacional da Indústria, com a função de organizar e administrar escolas de aprendizagem para industriários em todo o país. Em 1943, foi criada a Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. Em 1946, através do Decreto-Lei nº 8.621, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC), impulsionando o atendimento em educação profissional; através do Decreto-Lei nº 9.403, foi criado o Serviço Social da Indústria (SESI) idealizado para atender os trabalhadores da indústria, promovendo o bem-estar social, educação continuada, saúde e segurança no trabalho; e através do Decreto-Lei nº 9.613, foram definidas as bases de organização e do regime de ensino no setor agrícola, com o propósito de preparar profissionalmente aqueles que atuavam na atividade agrícola. (MUNIZ; SILVA, 2024).

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) passa-se a destinada a percentual de 3,4% do orçamento para investimentos em educação. Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas (EIT) passaram a denominar-se Escolas Técnicas Federais (ETF), adquirindo autonomia pedagógica e administrativa. O ano de 1961 representa um marco para a educação, neste ano, o Presidente João Goulart sanciona a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de nº 4.024/1961, que possibilitou a integração entre o ensino profissionalizante e o ensino secundário, possibilitando o acesso ao ensino superior após a conclusão do terceiro ano, ocorreu, aqui, uma equiparação entre todos os ramos de ensino médio para efeitos propedêuticos. (BRASIL, 2009).

Os cursos ofertados pelas Escolas Técnicas Federais, rapidamente, conquistaram prestígio no mercado nacional, tendo em vista o ensino público e de qualidade, representando uma possibilidade de ascensão pessoal e profissional. Esta educação pública de excelência passou a atrair estudantes de outros níveis sociais. Assim, nossa primeira LDB foi um divisor de águas para a Educação Profissional no Brasil, pois “[...] reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos” (KUENZER, 2007, p. 29).

A atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, feita através da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, reformulou os 1º e 2º graus e buscou, de maneira compulsória, transformar todo currículo de ensino médio em profissionalizante, esta lei ficou conhecida como Lei da Educação Tecnista. Neste panorama, as classes populares clamavam por oportunidades de ensino superior e as fábricas necessitavam de mão de obra qualificada,

se estabelecendo um novo paradigma: formar técnicos sob o regime da urgência. Isso se deve ao reflexo da aceleração da economia brasileira, crescendo a procura pelo ensino técnico e profissionalizante. Porém, essa medida atingiu apenas o ensino público, pois o ensino particular permaneceu com seu ensino propedêutico, visando atender às elites dominantes. (BRASIL, 2009).

Segundo Moura (2007), esta concepção curricular de ensino empobrecia a formação geral dos alunos em favor de uma formação para o “mercado de trabalho”, pois não atendia a formação integral do cidadão, que seria aliar teoria e prática, resumindo-se a uma formação instrumental e de baixa qualidade.

No ano de 1978, através da Lei nº 6.545, surgem os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), centralizados nas Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e do Rio de Janeiro, que tinham como objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos. Os CEFET se tornaram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, absorvendo as atividades das ETF e das Escolas Agrotécnicas Federais. Em 1994, através da Lei nº 8.948, ocorre a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, momento em que as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais são transformadas gradativamente em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET. (BRASIL, 2009).

De acordo com Frigoto, Ciavatta e Ramos (2005), na década de 80, em meio ao surgimento da CF/88, organizaram-se as lutas da sociedade em defesa da escola pública, constituindo-se assim um marco na reforma educacional brasileira. Em suma, os anos 80 ficaram marcados pelas lutas dos educadores por um novo formato de educação. Procurava-se uma escola sem a distinção de ensino técnico ou propedêutico, ou alguma forma de diminuir este dualismo no sentido mais próximo da Escola Unitária, de Gramsci. Uma formação que não fosse apenas voltada para o mundo do trabalho, mas que realmente pudesse formar dirigentes, fato este que até hoje não se concretizou.

Neste espaço temporal, entre o final da década de 80 e a primeira metade da década de 90, a profissionalização compulsória vai perdendo força. Segundo Moura (2007, p. 13), “já quase não havia mais ensino profissionalizante no país, exceto nas ETF, EAF e em alguns poucos sistemas estaduais de ensino”.

Em 1996 é sancionada a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a segunda LDB, que trouxe um capítulo específico sobre a educação profissional e tecnológica em separado da Educação Básica, o que evidenciou a transição do caráter de auxílio social para o de certificação profissional, garantindo o reconhecimento das

competências adquiridas fora das salas de aula, retirando o “enfoque de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país” (BRASIL, 2009, p. 5).

Sobre a Educação Profissional, a LDB (com a nova redação dada pela Lei nº 11.741/2008 e pela Incluído pela Lei nº 14.645/2023), estabelece o seguinte:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 4º As instituições de educação superior deverão dar transparência e estabelecer critérios e procedimentos objetivos para o aproveitamento das experiências e dos conhecimentos desenvolvidos na educação profissional técnica de nível médio, sempre que o curso desse nível e o de nível superior sejam de áreas afins, nos termos de regulamento.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, 1996).

No ano seguinte, o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, trouxe a regulamentação do ensino profissional, criando também o PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional, visando promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho; proporcionar a formação de profissionais técnicos com escolaridades correspondentes ao nível médio, superior e pós-graduado; aperfeiçoar e atualizar os trabalhadores; preparar os jovens e adultos para a inserção exitosa no mercado de trabalho (MOURA, 2007).

No entendimento de Magalhães (2008), a LDB favoreceu a publicação do Decreto nº 2.208/1997, reformulando o ensino técnico, promovendo a separação das disciplinas de formação geral daquelas destinadas à formação técnico-profissional. Na sequência, o Decreto nº 5.154/2004 trouxe novas perspectivas para a educação profissional de nível médio, possibilitando a existência de cursos técnicos em diferentes formatos, sendo eles: integrado

(ensino profissional e ensino médio juntos), concomitante ou subsequente. O Decreto nº 5.458/2005 criou o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

Muniz e Silva (2024) destacam que no ano de 2005, a Lei nº 11.195 lançou a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 unidades de ensino. No mesmo ano, o CEFET-PR transforma-se em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR), primeira universidade especializada neste tipo de ensino no Brasil. Em 2007, ocorre o segundo Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ampliando para mais 150 novas unidades, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, considerando as necessidades de desenvolvimento local e regional. Em 2008, através da Lei nº 11.741, a Educação Profissional e Tecnológica passou a abranger, além dos cursos técnicos médios, também os cursos de graduação e pós-graduações, de formação continuada ou qualificação profissional, possibilitando, também, a organização em eixos tecnológicos, visando redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. No ano de 2011, a partir da Lei nº 12.513, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, buscando ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Borges (2013) destaca a importância dessas medidas no aprofundamento da igualdade na diversidade social, econômica, geográfica e cultural brasileira. Hoje, os Institutos Federais (IF) são unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituídos pelos IFET; CEFET; escolas técnicas vinculadas às universidades federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); e Colégio Pedro II.

No entendimento de Wittmann e Klippel (2010), a realidade brasileira apresenta uma necessidade de integração do ensino e da educação profissional. Assim, contemporaneamente, a criação dos IFET teve como necessidade as políticas governamentais para a educação, em especial as voltadas à educação profissional e tecnológica, com destaque ao desenvolvimento socioeconômico local.

A razão e o sentido da escola é a aprendizagem. O processo de (re)construção do conhecimento é o próprio objetivo do trabalho educativo. Portanto, o centro e o eixo da escola é a aprendizagem, única razão de ser. Todas as atividades dessa instituição só fazem sentido quando centradas na (re)construção do conhecimento, na aprendizagem e na busca. (WITTMANN; KLIPPEL, 2010, p. 81).

3. METODOLOGIA

3.1 TEMÁTICA DA REVISÃO DE LITERATURA

A temática deste estudo buscou mostrar caminhos por meio da literatura científica que possam nortear e investigar os desafios inerentes à permanência e ao êxito escolar no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional e Tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos (PRÓ-EJA) no Ensino Profissional e Tecnológica (EPT), de modo que esta ação venha a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e conclusão com sucesso destes cursos por parte de jovens e adultos no contexto do Instituto Federal de Roraima (IFRR).

Assim, para dar prosseguimento à pesquisa, optou-se pela combinação de termos e palavras-chaves ligadas ao tema para obter uma busca mais precisa, como: PRÓ-EJA; Gestão Educacional; Permanência e êxito; Educação Profissional e Tecnológica; Currículo Integrado; e Assistência Estudantil.

Após, foi estabelecido em quais bases de dados seria realizada a busca, levando em consideração a facilidade e a gratuidade de acesso, como: dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); portais e sites institucionais ligados à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC); Periódicos da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico bases teóricas de referência na área da educação.

No passo seguinte, foram escolhidos os critérios de inclusão e exclusão dos textos. Os critérios de inclusão foram apresentar obras de especialistas e teóricos da literatura crítica da EPT fortemente ligados ao tema principal, como Gaudêncio Frigotto e Dermeval Saviani, e considerar obras clássicas independentes do ano de publicação, como as do autor Paulo Freire, que defendem a valorização dos saberes prévios dos alunos e metodologias dialógicas. Foram incluídos também critérios como apresentar o conceito de formação humana integral e omnilateral; focar na indissociabilidade entre o "saber fazer" e o "saber profissional" frente à histórica dualidade educacional; demonstrar as principais características e barreiras socioeconômicas e pedagógicas que impactam a motivação discente e geram a evasão escolar; e as propostas de acolhimento psicopedagógico necessárias para promover a mitigação do abandono escolar. Como critério de exclusão, foi utilizado o descarte de obras que não abordassem de forma específica a relação entre Trabalho-Educação e a modalidade EJA, bem como produções que adotassem uma percepção puramente instrumental, pragmática ou mercadológica sobre o fenômeno educativo, desconsiderando os pressupostos emancipatórios da EPT.

3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa qualitativa, conforme supracitado, foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa e exploratória. O estudo foi fundamentado pela pesquisa bibliográfica — voltada ao levantamento de autores que discutem a integração do Trabalho-Educação e da EJA — e pela análise documental, desenvolvida por meio do exame crítico de registros de evasão, editais e planos de curso da própria instituição de ensino.

Inicialmente, foram lidos o título e o resumo de cada obra. Porém, quando estes não deixavam claro se as produções examinadas possuíam todos os critérios de inclusão adotados e as conexões específicas com a realidade social do aluno, o texto integral era examinado.

Primeiramente, foram mapeadas produções relacionadas amplamente à temática de gestão, currículo e evasão no ensino público brasileiro. Contudo, após uma segunda verificação minuciosa baseada no cruzamento de dados, foram excluídas as obras que não explicitavam o acolhimento psicopedagógico ou que falhavam em associar as transformações do mundo do trabalho com as especificidades do público de jovens e adultos atendidos pela Rede Federal.

A última parte do processo refere-se à análise aprofundada das produções selecionadas para compor o referencial teórico e dar sustentação à hipótese levantada. Nessa etapa, outras produções também foram eliminadas por não serem estritamente necessárias para responder à problemática central das barreiras pedagógicas e institucionais, sendo utilizadas, portanto, as obras básicas remanescentes (como Saviani, Frigotto e Freire) para o sólido embasamento científico desta pesquisa.

Desse modo, como ponto de partida para o desenvolvimento do presente trabalho, foi realizada uma ampla pesquisa nos bancos de dados: Periódicos da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico. A pesquisa teve como resultado a análise de diversos documentos, cujo objetivo foi enriquecer e trazer luz ao assunto abordado no referencial teórico.

Para Gil (2013), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigado a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Assim, a pesquisa bibliográfica auxiliou no aprofundamento dos conhecimentos acerca do tema estudado.

Ainda, com relação ao objetivo exploratório da pesquisa, são necessárias mais informações sobre o assunto, proporcionando uma visão geral do objeto investigado,

possibilitando, também, o delineamento do tema de pesquisa, orientando novas formulações de hipóteses ou algum novo tipo de enfoque, tendo em vista que a temática escolhida, mesmo com sua importância, ainda é pouco explorada.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 QUADRO DE REVISÃO DE LITERATURA – PRODUÇÕES ANALISADAS

Quadro I - Produções analisadas na Revisão de Literatura

Título	Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa		
Autor	ARROYO, Miguel G.		
Link	https://www.vozes.com.br/produto/passageiros-da-noite-1378	Ano	2017 (Edição Atualizada)
Resumo O livro analisa a identidade e o perfil socioeconômico dos estudantes que frequentam a Educação de Jovens e Adultos no período noturno de estudos. O autor discute como a escola tradicional historicamente falha em compreender o estudante-trabalhador, oferecendo currículos infantilizados ou desconectados de suas vivências. Arroyo defende que a superação da evasão escolar e a garantia do êxito na EJA perpassam pelo reconhecimento desses sujeitos como produtores de cultura e de direitos, exigindo uma reestruturação profunda nas dinâmicas pedagógicas e no acolhimento institucional para que a escola faça sentido na rotina exaustiva do trabalhador.			
Título	Sentidos do êxito e do fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos		
Autores	PAIVA, Jane		
Link	https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6X6ZfH8Xm9k6	Ano	2009
Resumo O artigo problematiza as concepções hegemônicas de "sucesso" e "fracasso" escolar aplicadas à modalidade da EJA no Brasil. A autora demonstra que os índices de evasão não devem ser creditados a uma incapacidade ou culpa individual do aluno, mas sim às barreiras estruturais do sistema público que negligencia as especificidades temporais e sociais do adulto. O estudo aponta que o êxito escolar precisa ser ressignificado para além das métricas de aprovação quantitativa, englobando o resgate da autoestima, a permanência qualitativa no espaço escolar e a apropriação do conhecimento como ferramenta de emancipação cidadã.			
Título	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: a vinculação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia e a EJA		
Autores	FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise; GOMES, Cláudio.		
Link	https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l232.pdf	Ano	2014

Resumo Este estudo analisa o Decreto nº 5.458/05 e as políticas de integração do Ensino Médio à Educação Profissional na modalidade EJA (PROEJA). Os autores debatem o dualismo estrutural da educação brasileira, que historicamente separa o "saber pensar" (voltado às elites) do "saber fazer" (destinado às classes populares). O texto demonstra que currículos integrados e politécnicos agem diretamente na mitigação da evasão, pois ao unirem a formação técnica à formação humana integral e omnilateral, despertam o interesse e respondem às necessidades reais de qualificação profissional e elevação escolar dos jovens e adultos trabalhadores.			
Título	Educação de jovens e adultos - O que revelam as pesquisas		
Autores	SOARES, Leôncio José Gomes		
Link	https://www.grupoautentica.com.br/produto/educacao-de-jovens-e-adultos-o-que-revelam-as-pesquisas-445	Ano	2011
Resumo O autor apresenta uma coletânea de artigos que fornece conteúdo fundamental para quem está interessado em pesquisar alguma temática específica em Educação de Jovens e Adultos, pois faz um balanço das pesquisas realizadas no Brasil sobre esse campo, nas categorias: políticas públicas; sujeitos da EJA; alfabetização e letramento; EJA e o mundo do trabalho; formação de educadores; currículos e práticas pedagógicas; e escolarização. Sua obra visa destacar como pesquisadores e pesquisadoras em Educação de Jovens e Adultos vêm produzindo conhecimento na área, quais são as principais abordagens, os temas mais relevantes, as metodologias utilizadas e as análises produzidas nesse campo de aprendizagem.			

Fonte: Autoria Própria (2026).

4.2 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES SELECIONADAS

Dentre os textos e produções científicas analisados na presente revisão de literatura, destaca-se inicialmente a atuação e contribuição do sociólogo e educador Miguel Arroyo no cenário educacional brasileiro. O estudioso lança um olhar sensível e crítico sobre os sujeitos que compõem a Educação de Jovens e Adultos (EJA), trazendo a necessidade de compreender a escola não como um espaço de mera instrução, mas como um território de disputa social e de afirmação de identidades. Arroyo (2017) nos incita a perceber que os estudantes do período noturno carregam consigo marcas profundas de exclusão e trajetórias de vida complexas, de modo que os índices de evasão observados historicamente na modalidade não podem ser interpretados como falhas de motivação individual, mas sim como o resultado de uma estrutura escolar que ignora a condição de trabalhadores desses sujeitos.

De acordo com Arroyo (2017), a escola de jovens e adultos comumente incorre no erro de transpor modelos pedagógicos infantilizados para indivíduos que já possuem uma longa vivência no mundo do trabalho e na sociedade. Quando a instituição falha em estabelecer uma conexão entre o conhecimento científico e a realidade concreta vivida pelo

educando, o processo de ensino-aprendizagem perde seu sentido. Sob essa ótica, o tratamento do aluno da EJA como um sujeito "incompleto" ou "desprovido de saber" atuam diretamente como vetores de exclusão, empurrando o estudante de volta ao abandono dos estudos devido à exaustão física e mental de conciliar jornadas de trabalho com rotina escolar.

Ainda de acordo com a perspectiva de Arroyo (2017, p. 48), o reconhecimento da alteridade e da dignidade do trabalhador é o ponto de partida fundamental para que possamos discutir propostas pedagógicas de permanência e sucesso:

Os sujeitos da EJA não são apenas estudantes que retornam à escola para recuperar o tempo perdido; eles são homens e mulheres que produzem a sua própria existência por meio do trabalho e que trazem para as salas de aula saberes, culturas, valores e visões de mundo que precisam ser legitimados. O êxito escolar depende da capacidade da instituição em transformar o espaço educativo em um polo de acolhimento e emancipação, rompendo com a lógica da mera certificação de competências para o mercado capitalista. (ARROYO, 2017, p.48).

A partir das construções teóricas de Arroyo (2017), compreende-se que a superação da evasão exige que o ambiente acadêmico se redesenhe estrutural e pedagogicamente. Não se trata apenas de garantir o acesso físico por meio da oferta de vagas no período noturno, mas sim de consolidar uma permanência qualitativa. Essa permanência é sustentada pelo respeito aos tempos e ritmos biológicos e sociais do trabalhador, demandando dos gestores e professores uma postura proativa na desconstrução de preconceitos históricos que situam a EJA como uma modalidade de caráter puramente assistencialista ou de segunda categoria dentro da estrutura educacional do país.

Complementando esse debate sobre as representações sociais que afetam os estudantes, Jane Paiva (2009) direciona suas análises para os complexos fatores que definem os sentidos do êxito e do fracasso na Educação de Jovens e Adultos. A autora problematiza vigorosamente as métricas institucionais tradicionais que avaliam o rendimento dos discentes de forma puramente quantitativa, ignorando os condicionantes socioeconômicos e estruturais que moldam a vida do trabalhador periférico. Entende que o conceito de fracasso escolar precisa ser desmistificado e retirado dos ombros do aluno. A evasão e o abandono são, na verdade, expressões latentes de uma exclusão institucional generalizada, que se manifesta na precariedade dos recursos destinados à modalidade, na inadequação dos materiais didáticos e na ausência de redes de suporte psicopedagógico voltadas para esse público.

No entanto, em suas produções científicas, Paiva (2009) demonstra que o verdadeiro êxito na EJA não se restringe à mera aprovação ao final do ano letivo ou à obtenção de um diploma de conclusão. O sucesso pedagógico se realiza na medida em que o sujeito resgata a

sua própria autoestima, percebe-se como cidadão de direitos e passa a se apropriar do conhecimento formalizado como uma ferramenta de transformação da realidade ao seu redor. Assim sendo, a autora argumenta que a permanência e a consequente diminuição do abandono escolar dependem intrinsecamente de uma mudança de postura por parte do corpo docente, que precisa abandonar práticas transmissivas e centralizadoras para adotar uma postura que prima pelo diálogo. Aponta que os sistemas de ensino operam sob uma lógica excludente que penaliza sistematicamente aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho:

O desenho curricular da escola contemporânea foi historicamente moldado para atender a um perfil de estudante idealizado, de tempo integral, cujas únicas obrigações limitam-se ao universo escolar. Ao tentar enquadrar o aluno jovem e adulto trabalhador nessa mesma fôrma rígida e inflexível, as instituições acabam por produzir e legitimar o fracasso, transformando as especificidades e dificuldades sociais legítimas desses sujeitos em motivos de exclusão e em rótulos de incapacidade intelectual. (PAIVA, 2009, p. 73).

Deste modo, a partir dos estudos de Paiva (2009), retornamos à urgência de formular políticas públicas e diretrizes de gestão que garantam condições objetivas para que o aluno permaneça estudando. Isso abrange desde a reestruturação física das escolas (que precisam se tornar espaços mais acolhedores e seguros no período noturno), até a formulação de desenhos curriculares flexíveis que valorizem o aprendizado ao longo da via e permitam ao estudante transitar entre os saberes teóricos e as práticas de trabalho de forma e integrada.

Essa necessidade permanente de integração entre o conhecimento acadêmico e as dimensões produtivas nos conduz ao debate promovido por Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos e Cláudio Gomes (2014) acerca da concepção do Ensino Médio Integrado e do PROEJA. Os autores examinam detalhadamente o dualismo estrutural que historicamente atinge a educação brasileira em duas vertentes distintas e hierarquizadas: de um lado, uma formação de caráter propedêutico, humanístico e científico destinada aos filhos das classes dominantes, visando à preparação para cargos diretivos e para o ensino superior; de outro lado, uma formação instrumental, técnica e pragmática voltada às classes populares, com o único propósito de treinar corpos e mentes para atender às demandas imediatas do mercado de trabalho e do capital. Destacam que as propostas educacionais que ganharam corpo com a regulamentação do PROEJA buscam justamente combater essa fratura social e pedagógica. A integração curricular proposta pelos autores fundamenta-se nos princípios teóricos do trabalho como princípio educativo e da formação humana integral ou omnilateral. Sob essa ótica, a técnica e a ciência não devem ser ensinadas de forma isolada, como meros manuais. Ao contrário, o estudante técnico integrado na modalidade EJA deve ter pleno

acesso aos fundamentos históricos, sociais, científicos e tecnológicos que dão suporte à sua atividade produtiva, tornando-se capaz de compreender o mundo do trabalho não como uma engrenagem, mas como uma construção social. (FRIGOTTO et al., 2014).

Por outro lado, alertam de forma incisiva para as contradições políticas e estruturais que cercam a implementação efetiva dessas diretrizes nas redes públicas estaduais e federais:

A proposta de integração entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos esbarra constantemente na resistência de estruturas escolares engessadas e na precarização crônica do trabalho docente. Sem investimentos massivos na infraestrutura de laboratórios, sem a disponibilização de materiais didáticos contextualizados e sem uma política de valorização salarial dos professores, a integração curricular corre o risco de se reduzir a um discurso puramente retórico, esvaziando a potência emancipatória do proeja e gerando novas frustrações e taxas elevadas de evasão histórica entre os estudantes. (FRIGOTTO et al., 2014, p. 20).

Deste modo, os autores enfatizam que a mitigação da evasão nos cursos técnicos integrados exige o rompimento definitivo da concepção de "treinamento profissionalizante" de baixa qualidade técnica voltado aos pobres. O sucesso do PROEJA vincula-se diretamente à entrega de uma educação pública de excelência, que reconheça no aluno jovem e adulto um sujeito histórico de plenos direitos sociais, capaz de se apropriar das atuais tecnologias digitais para atuar de forma autônoma e transformadora em seu trabalho e na vida.

Ademais, ao analisar os calendários escolares e a dinâmica dessas instituições, Leôncio Soares (2011) traz contribuições empíricas valiosas por meio de seus estudos voltados para o mapeamento da produção científica sobre a EJA no Brasil. O pesquisador demonstra que as discussões teóricas precisam se traduzir em ações concretas de gestão educacional e em práticas pedagógicas sustentáveis. Evidencia que a evasão escolar está intimamente correlacionada com a falta de formação inicial e continuada de professores para lidar com as diferenças e a complexidade que caracterizam o público de jovens e adultos. Muitos educadores que atuam na EJA reproduzem metodologias tradicionais e conteúdos pensados originalmente para o ensino regular de crianças e adolescentes, o que gera um profundo distanciamento e desinteresse dos alunos.

Para Soares (2011), o êxito escolar nessa modalidade depende da consolidação de um planejamento institucional que abarque o acolhimento contínuo e o estabelecimento de sistemas de diálogo entre os professores das áreas propedêuticas e das áreas técnicas. O autor defende o uso de metodologias flexíveis e dialógicas, centradas na resolução de problemas reais e no uso crítico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Contudo, a tecnologia por si só não resolve os problemas estruturais de abandono se o

professor não estiver devidamente capacitado para utilizá-la como um instrumento facilitador e inclusivo, capaz de aproximar o conteúdo curricular da realidade social e das demandas práticas do aluno-trabalhador. Analisando o impacto das políticas de assistência estudantil e do acompanhamento pedagógico sobre as taxas de retenção e sucesso institucional dos discentes, destaca:

A permanência com sucesso dos sujeitos na educação de jovens e adultos demanda a superação de uma prática pedagógica corriqueira, mecânica e descontextualizada. O êxito escolar constrói-se no cotidiano das instituições quando se estruturam políticas públicas articuladas, capazes de oferecer suporte financeiro, psicológico e pedagógico. É imprescindível que a escola funcione como um território acolhedor de segurança social, onde o cronograma acadêmico e as formas de avaliação sejam flexibilizadas e redesenhados para respeitar a jornada exaustiva de trabalho e os saberes acumulados na prática cotidiana por esse estudante. (SOARES, 2011, p.112).

Assim sendo, Soares (2011) corrobora as discussões anteriores ao apontar que o papel do professor deve se ressignificar substancialmente na contemporaneidade. O docente deixa de ser um mero transmissor de saberes prontos e inquestionáveis para se tornar um verdadeiro mediador do conhecimento científico. Essa mediação exige que o educador instigue, provoque e desafie o educando, estimulando-o a sair de uma postura passiva para assumir a autoria de sua própria aprendizagem e o protagonismo no desenvolvimento de suas competências intelectuais.

Diante do exposto pelos diferentes teóricos analisados nesta revisão de literatura, evidencia-se que o combate à evasão e a promoção do êxito na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Profissional e Tecnológica (PROEJA) integrada exigem uma postura profundamente crítica por parte de todos os atores que compõem a comunidade escolar. Como bem pontua Paulo Freire (1996), a prática educativa autêntica e emancipatória pressupõe a indissociabilidade entre a teoria e a prática, rejeitando veementemente o modelo de educação bancária, na qual o estudante é visto apenas como um repositório vazio de informações desconectadas da realidade social. Assevera que o professor, pela natureza intrínseca do seu fazer pedagógico, necessita reconhecer-se como um eterno pesquisador. A formação permanente do docente deve direcioná-lo para a compreensão de que ensinar não é transferir conhecimento, mas sim criar as possibilidades objetivas para a construção pelo educando. Quando o docente assume essa postura crítica e investigativa, ele passa a valorizar os saberes prévios que o aluno jovem e adulto traz consigo de suas vivências.

Ressalto, portanto, que a consecução de uma formação humana integral e omnilateral, nos moldes defendidos por Frigotto et al. (2014) e articulada com as percepções de Arroyo

(2017) e Paiva (2006), depende das transformações nas políticas educacionais brasileiras. É inadmissível que a estrutura dos cursos de nível técnico integrado voltados para a modalidade EJA sejam organizados para atender exclusivamente à lógica do mercado e do capital. O compromisso ético e social das instituições públicas, em especial no contexto da Rede Federal e do Instituto Federal de Roraima (IFRR), deve ser o de assegurar que a qualificação profissional ande de mãos dadas com a elevação da consciência crítica, com a justiça social e com o fortalecimento da autonomia intelectual dos estudantes.

Por conseguinte, torna-se importantíssimo que os governos federal, estaduais e municipais realizem investimentos financeiros significativos e contínuos destinados à formação continuada de professores e à estruturação de programas de assistência estudantil. Como demonstrado por Soares (2011), o investimento na qualificação e nas condições de trabalho dos professores gera impactos positivos no desempenho escolar e na redução dos índices de evasão escolar. Os educadores precisam dispor de tempo, em sua jornada de trabalho, para o planejamento coletivo, para o estudo das especificidades da EJA e para a formulação de metodologias ativas e inovadoras que possam dar suporte à integração curricular e que previnam o desinteresse e o abandono precoce dos estudantes.

Em suma, as produções científicas analisadas convergem para o entendimento de que o sucesso na gestão da permanência e do êxito no PROEJA depende de uma abordagem multidimensional, sensível e rigorosa. Cabe aos gestores, coordenadores pedagógicos e docentes incorporarem os instrumentos tecnológicos, estudem formas de flexibilização da grade curricular e possibilitem suporte psicopedagógico aos discentes, não como meros procedimentos burocráticos ou paliativos destinados a maquiar índices de evasão, mas sim como eixos norteadores de um projeto político-pedagógico emancipatório. Esse projeto deve ter como finalidade a dignidade humana do trabalhador, capacitando os jovens e adultos de forma abrangente para enfrentar os desafios do mundo do trabalho, transformando o direito a educação e ao conhecimento em um instrumento de igualdade e inclusão social.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de todos os avanços no âmbito da educação brasileira, ainda persiste um problema no âmbito do ensino público, principalmente no contexto do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): a evasão escolar.

No caso específico do PROEJA no Ensino Profissional e Tecnológico, vários são os

fatores que levam à evasão.

Estudo realizado por Azevedo (2025) apontou que os índices de evasão escolar estão bem elevados na modalidade de Ensino Profissional e Tecnológico. Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) indicam que no ano base de 2022, num total de 1.513.075 matrículas, 289.192 estudantes evadiram, correspondendo ao percentual de 19,11% de evasão. No caso do Instituto Federal Fluminense (lócus de sua investigação), no ano de 2022, 4.053 estudantes evadiram, num total de 24.437 matrículas, correspondendo ao percentual de 16,52%. Para os cursos técnicos, a taxa de evasão do Campus Campos Centro correspondeu a 40,24% desse total. A autora apresenta como aspectos para essa situação: sobrecarga de responsabilidades, dificuldades financeiras, conflitos entre trabalho e estudo, além de questões estruturais e pedagógicas, influenciam diretamente no abandono e na evasão, sendo necessárias estratégias institucionais que fortaleçam a permanência e consolidem o PROEJA como política pública voltada à educação e inclusão de jovens e adultos, ampliando sua visibilidade e o seu reconhecimento no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Pedrosa e Silva (2024) analisaram vinte e dois trabalhos sobre o Proeja de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais apontaram a evasão escolar entre os temas pesquisados e destacaram como motivos para tal situação: dificuldade de conciliar trabalho e escola, cansaço, dificuldade de transporte, pouco incentivo dos docentes, despreparo docente para atuar com a EJA, não adaptação à escola, dificuldades nas matérias da área técnica, horário de estudo, filhos e falta de identificação com o curso.

Campos e Pires (2020) realizaram análise no âmbito do Curso de Qualificação em Auxiliar Administrativo, Proeja, Câmpus Iporá, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, visando identificar os motivos para os índices de evasão ocorrida no referido curso. No ano de 2016, a evasão foi em maior número pelo gênero feminino com um total de 25 mulheres contra 15 do gênero masculino, o que demonstra que, apesar de as mulheres serem a maioria de matriculados, são as que mais evadem do curso. Dos alunos pesquisados: 60% interrompeu seus estudos mais de 3 vezes, outros 30% interromperam 2 vezes, e 10% deles interromperam uma vez seus estudos. Quanto aos motivos para o abandono escolar estão: dificuldades no aprendizado das disciplinas de Física, Matemática, Química e Biologia; conciliar trabalho e os estudos; problemas de saúde do aluno ou familiar; viagens a trabalho. Também identificou a questão da rigidez e persistência da escola em manter um currículo engessado, o qual inviabiliza o êxito no processo ensino-aprendizagem e pode contribuir para a desistência do aluno.

Pereira e Santos (2025) realizaram estudo visando identificar as causas, consequências

e implicações sociais da evasão escolar no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja), com foco no turno noturno do Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Régis Pacheco, em Jequié/BA, apontando que fatores pessoais como o cansaço, o trabalho e a sobrecarga doméstica; fatores institucionais como a ausência de aulas práticas, o despreparo docente e a falta de estratégias de acolhimento; e fatores estruturais como a pobreza, o racismo e o histórico de fracasso escolar contribuem para o processo de evasão da escola.

Costa Filho et al. (2021) realizaram estudo visando investigar a evasão do PROEJA no período de sua oferta no IFMT–Campus Cuiabá, no período de 2007 a 2014, apontando que houve o ingresso de 705 alunos, sendo 536 (76%) do sexo masculino e 169 (24%) do sexo feminino. Desse total, 346 foram matriculados no curso de Edificações e 359 matriculados no curso de Eletrotécnica. Nos dois cursos foram observadas entradas maiores de discentes do sexo masculino. Quanto à evasão, verificou-se o percentual de 77% no período, sendo 86% das mulheres e 75% dos homens durante o período analisado, assim como a maior proporção de abandono ocorreu até o 3º semestre. Quanto aos motivos para a evasão, identificaram os seguintes: ocasionada por fatores de trabalho/emprego, questões pessoais e desnívelamento dos discentes, insuficiente capacitação e descompromisso de alguns docentes, despreparo e estrutura inadequada da instituição, executores do programa desconhecem a base legal, estágios com baixa remuneração, duas greves.

Caprini et al. (2024) realizou estudo para investigar as motivações que levam à evasão no curso PROEJA - Técnico em Edificações, do Campus Samambaia, num recorte temporal, abrangendo as primeiras turmas, iniciadas no primeiro semestre de 2014, até o segundo semestre de 2023, verificando que no período considerado houve o ingresso de 588 alunos, dos quais 429 evadiram sem concluir o curso (261 homens e 104 mulheres) e apenas 29 concluíram o curso. Quanto aos motivos para a evasão observou-se o seguinte: problemas de saúde; pandemia de Covid; falta de apoio; problemas familiares; maternidade/paternidade; cansaço; não era o curso esperado; tempo do curso; pedido de estudo domiciliar negado; fez o ENCCEJA; incompatibilidade com o trabalho; impossibilidade de chegar pontualmente na aula; falta de compreensão dos professores; falta de segurança pública.

Analisando os autores acima, verifica-se que são altos os índices de evasão, geralmente ocasionados pela dificuldade em conciliar trabalho com estudo, problemas de saúde na família, dificuldade de compreensão dos conteúdos e questões financeiras. diante disso, os mesmos autores apontam destacam algumas políticas institucionais de permanência no PROEJA passíveis de serem implementadas, como: ações de apoio financeiro, pedagógico

e social, visando combater a evasão escolar de trabalhadores e adultos em situação de vulnerabilidade.

Pedrosa e Silva (2024) destacam a importância de intervenção em várias esferas: no âmbito das políticas públicas – a garantia de bolsas de estudo ou transporte para os alunos; a melhoria na formação docente e a quantidade de profissionais em número suficiente nas instituições escolares para apoio/reforço pedagógico; a realização de pesquisa de demandas regionais de cursos técnicos e professores habilitados para atuar no ensino técnico das áreas apontadas na pesquisa; no âmbito institucional, entende-se necessária a promoção de espaços para resgate/ensino de conteúdos anteriores; a existência de locais de acolhimento e orientações frente a dificuldades; a organização de grupos de estudo sobre o PROEJA na instituição; e no âmbito profissional, entende-se imprescindível a participação do corpo docente e técnico-administrativo em cursos de formação.

Campos e Pires (2020), diante da verificação da evasão se dar por questão da rigidez e persistência da escola em manter um currículo engessado, destacam a necessidade de formação dos professores para atuarem especificamente nessa modalidade de ensino e a construção de um currículo integrado que adéque a realidade do aluno. Para isso, é preciso fazer a escuta do aluno a fim de identificar as reais necessidades de aprendizado que possam trazer significados em seus contextos sociais, pois a visão de mundo que os alunos trazem consigo podem ser usados como temas geradores na composição dos currículos integrados, o qual proporcione ao aluno o aprendizado de forma teórica e científica.

Pereira e Santos (2025) apontam como sugestões para o enfrentamento da evasão no PROEJA: a ampliação das ações de acolhimento e escuta ativa dos estudantes; a criação de estratégias de busca ativa e apoio individualizado aos que apresentem sinais de evasão; a flexibilização curricular e metodológica, respeitando os ritmos e experiências dos sujeitos da EJA; o fortalecimento da formação continuada dos docentes para atuação crítica e sensível com esse público; e a articulação com outras políticas públicas, como saúde, transporte, assistência social e trabalho, de modo a garantir as condições objetivas de permanência.

Caprini et al. (2024) apresentam as seguintes sugestões: o financiamento de bolsas permanência e merenda escolar; acompanhamentos pontuais psicológicos, considerando a importância da saúde mental do aluno; a articulação entre o PROEJA e outros cursos ofertados pela instituição, em especial o curso de Licenciatura, que pode fortalecer tanto acompanhamento contínuo dos discentes em forma de tutoria, quanto aos licenciandos que ganham em experiência para a formação docente; e o estabelecimento de mais parcerias para estágio em empresas conveniadas, visando à integração entre o currículo e as práticas

profissionais.

6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

6.1. Objetivo Geral

Implementar estratégias de acolhimento, acompanhamento pedagógico e valorização do saber do trabalhador para mitigar a evasão e promover o êxito escolar no PROEJA do IFRR.

6.2. Estrutura da Proposta (Diretrizes Operacionais)

O plano fundamenta-se na necessidade de transformar estratégias teóricas em atividades concretas que atendam às especificidades do aluno jovem e adulto.

Implementar estratégias de acolhimento, acompanhamento pedagógico e valorização do saber do trabalhador para mitigar a evasão e promover o êxito escolar no PROEJA do IFRR.

6.3 Sugestão de Proposta:

Atividade	Responsável	Prazo	Recursos Necessários
Criação do Núcleo de Acolhimento e Escuta (NAE)	Coordenação Pedagógica e Equipe Multiprofissional	Semestral (Início do ciclo)	Espaço físico, equipe técnica (psicólogo, assistente social) e material de apoio.
Programa de Nivelamento e Valorização de Saberes Pré-vios	Docentes das áreas técnica e propedêutica	Mensal (Durante o semestre)	Material didático contextualizado e laboratórios integrados.
Oficinas de Tecnologia e Cultura Digital Inclusiva	Professores de Informática / Gestão	Bimestral	Laboratórios de informática e acesso à internet.
Fóruns de Diálogo Escola-Comunidade	Gestão Escolar e Representantes de Turma	Trimestral	Auditório e plataformas virtuais de interação.

6.4. Justificativas e ações detalhadas

Eixo 1: Acolhimento e Gestão da Permanência

A primeira etapa consiste na estruturação de um fluxo de acolhimento que identifique precocemente sinais de desmotivação ou dificuldades socioeconômicas. A gestão deve atuar

de forma proativa, utilizando os registros de frequência e desempenho como ferramentas de intervenção imediata, garantindo que o aluno se sinta parte integrante da comunidade escolar desde o ingresso.

Eixo 2: Integração Curricular e Metodologias Dialógicas

Propõe-se a reorganização das práticas em sala de aula para que os conteúdos técnicos sejam trabalhados de forma indissociável da base nacional comum. Utilizando os princípios de Paulo Freire, as aulas devem partir de "temas geradores" vinculados à realidade laboral dos alunos, transformando o conhecimento em algo funcional para o seu cotidiano.

Eixo 3: Fortalecimento da Assistência Estudantil

Para enfrentar a evasão histórica, o plano de ação prevê a ampliação do acesso a bolsas e auxílios, vinculando-os ao acompanhamento pedagógico. A assistência não deve ser apenas financeira, mas abranger o suporte à saúde mental e à organização dos tempos de estudo, considerando que o aluno do PRÓ-EJA muitas vezes concilia trabalho e escola.

Eixo 4: Avaliação e Monitoramento do Êxito

O acompanhamento do progresso será realizado através de indicadores de desempenho qualitativos. Ao final de cada ciclo, serão realizados fóruns de encerramento para coletar feedbacks dos discentes, permitindo ajustes contínuos na proposta institucional de formação humana integral.

A presente proposta de intervenção pedagógica não se limita a um conjunto de procedimentos administrativos ou metodológicos; ela visa, primordialmente, consolidar o Instituto Federal de Roraima (IFRR) como um instrumento fundamental de mudança social e emancipação humana. No contexto da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (PRÓ-EJA), a instituição assume o papel de ponte entre a exclusão histórica e o acesso pleno à cidadania. Garantir a permanência e o êxito desses estudantes é, portanto, um ato de reparação e de fortalecimento democrático.

A eficácia desta proposta reside na compreensão de que o direito à educação profissional deve ser exercido com equidade e qualidade. Para o aluno do PRÓ-EJA, que muitas vezes traz consigo marcas de trajetórias escolares interrompidas e uma rotina exaustiva de trabalho, a equidade manifesta-se no acolhimento de suas necessidades. Não basta oferecer a

vaga; é preciso garantir condições objetivas para que este sujeito permaneça e conclua sua formação. Isso exige que o IFRR procure maneiras para adaptar suas estruturas (sejam elas pedagógicas, estruturais ou de auxílio financeiro) para que o ensino não seja um fardo adicional, mas um projeto de vida viável e transformador.

Ao integrar os saberes do trabalho com a base científica e tecnológica, conforme proposto nos eixos de integração curricular, o IFRR reafirma seu compromisso com a formação humana integral. O conhecimento deixa de ser um conjunto de informações abstratas para tornar-se uma ferramenta de leitura crítica da realidade. Sob a ótica freiriana, ao valorizar o saber prévio do trabalhador, a instituição promove a autoafirmação do aluno como produtor de cultura e técnica, combatendo a lógica da mera certificação e incentivando a autonomia intelectual.

Além disso, a implementação do Núcleo de Acolhimento e Escuta (NAE) e o fortalecimento da Assistência Estudantil demonstram que a qualidade educativa está intrinsecamente ligada ao bem-estar e à dignidade do estudante. Uma educação de qualidade no PRÓ-EJA é aquela que reconhece as vulnerabilidades socioeconômicas e atua sobre elas de forma proativa, transformando a escola em um território de suporte e segurança.

Em suma, esta intervenção projeta um cenário onde o êxito escolar é o resultado de uma gestão compartilhada e sensível às demandas sociais. Ao consolidar estas estratégias, o IFRR não apenas cumpre sua função social, mas destaca-se como referência na construção de uma sociedade mais justa. O sucesso deste plano de ação representará a materialização de uma política pública que enxerga no jovem e no adulto trabalhador um sujeito de direitos, capaz de intervir e transformar a realidade de Roraima e do país.

6.5 Indicadores a serem atingidos pela Proposta de Intervenção Pedagógica

Resultado da Intervenção Pedagógica	Percentual	Prazo
Redução da evasão	50%	Longo prazo
Aumento da frequência	70%	Médio prazo
Ampliação da participação estudantil	70%	Médio prazo
Atendimentos realizados pelo NAE	50%	Curto prazo

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação buscou analisar os desafios inerentes à permanência e ao êxito escolar no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional e

Tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos (PRÓ-EJA) no contexto do Instituto Federal de Roraima (IFRR). A problemática central concentrou-se nas barreiras institucionais e pedagógicas que historicamente contribuem para a evasão de jovens e adultos, comprometendo a conclusão de seus cursos técnicos.

Ao longo do estudo, constatou-se que o sucesso escolar dos alunos do PRÓ-EJA está intrinsecamente ligado à capacidade da instituição em oferecer um acolhimento psicopedagógico robusto e em valorizar os saberes prévios desses estudantes. A análise demonstrou que o currículo integrado e as políticas de assistência estudantil são fundamentais para manter a motivação discente, transformando a escola em um espaço de formação humana integral e não apenas de certificação técnica.

Os objetivos propostos foram alcançados ao identificar que a integração entre teoria e prática, aliada ao uso de metodologias adequadas, atua como um facilitador do aprendizado. A pesquisa evidenciou que a educação, para este público, deve ir além da preparação para o mercado de trabalho, focando no desenvolvimento do estudante e da consciência crítica frente à sua realidade social.

Como reflexão crítica, destaca-se que a evasão escolar no PRÓ-EJA não deve ser vista apenas como um fracasso individual do aluno, mas como um reflexo de vulnerabilidades sociais e de lacunas nas estratégias pedagógicas institucionais. Uma limitação deste estudo reside na necessidade de dados mais amplos e completos sobre o egresso após a inserção no mundo do trabalho. Sugere-se, para pesquisas futuras, o aprofundamento sobre o impacto das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) na inclusão igualitária desses sujeitos, garantindo que a inovação pedagógica torne-se um facilitador e não um novo mecanismo de exclusão.

Ressalta-se que na realização do estudo foram verificadas algumas limitações, como a ausência de pesquisa de campo mais recentes (a maioria é anterior a 2020); a quase inexistência de entrevistas, pois poucos trabalhos aplicam esse instrumento de pesquisa; e a limitação dos dados institucionais disponíveis, pois geralmente são dados gerais da EJA e poucos são específicos do PROEJA.

8 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

AZEVEDO, A. P. C. **Evasão no PROEJA**: Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Eletrotécnica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal

Fluminense – campus Campos Centro. 2025. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal Fluminense, Macaé/RJ, 2025.

BORGES, L. F. P. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação em Questão**, v. 55, n. 45, p. 101-126, 2017.

BORGES, S. M. **Possíveis contribuições da psicologia à educação profissional tecnológica: uma análise comparativa de grades curriculares**. - Londres: Novas Edições Acadêmicas, 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Diretrizes e bases da educação nacional). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 15 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. - Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Censo Escolar 2024**. – Brasília: INEP. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. SEPT. **Relatório de análise dos dados e indicadores de ensino** (Plataforma Nilo Peçanha e Acórdão TCU nº 612/2021). Roraima: IFRR, 2025.

CAMPOS, E. C.; PIRES, L. L. A. Evasão na educação de jovens e adultos e o processo ensino-aprendizagem na disciplina de matemática. **REMATEC: Revista de Matemática, Ensino e Cultura**, Ano 15, Fluxo Contínuo, p.01-15, 2020.

CAPRINI, S. C.; PEREIRA, M. L. S.; LIRA, L. F. L.; CASTRO, M. T. A evasão no PROEJA Técnico em Edificações do Instituto Federal de Brasília Campus Samambaia: um estudo de caso para compreensão do fenômeno. **Anais da VII Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação**. Rio de Janeiro/RJ: Colégio Pedro II – Campus Tijuca II. 2024, p. 519-531.

COSTA FILHO, J. V.; COSTA, J. V.; GONÇALVES-COSTA, L.; OLIVEIRA, A. S. Evasão do PROEJA: o caso do IFMT – Campus Cuiabá. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, e80942. Nov. 2021.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Flacso, 2000.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise; GOMES, Cláudio. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: a vinculação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia e a EJA. **Anais do Colóquio - Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas**. Fiocruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro 2014, p. 11-20.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

HEINSFELD, B. D.; PISCHETOLE, M. O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e205167, 2019.

KUENZER, A. Z. (org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

LAZZARESCHI, Noêmia; GRAGLIA, Marcelo Augusto Vieira (orgs). **Transformações no mundo do trabalho**: tensões e perspectivas. - São Paulo: PIPEq, 2023.

MAGALHÃES, F. P. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 94-105, 2008.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007.

MUNIZ, Joelma Maria; SILVA, Marcelo Ponciano da. História da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. **Revista Iniciação & Formação Docente**. V. 11, n. 2, p. 54–77, 2024.

PAIVA, J. Sentidos do êxito e do fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos. - Rio de Janeiro: DP et Alii, 2009.

PEDROSA, A. P.; SILVA, K. R. X. Proeja: caminhos e descaminhos no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 24, p. 1-11, e12363, Mar. 2024

PEREIRA, H. N. S.; SANTOS, E. P. Evasão escolar no PROEJA: causas, consequências e implicações sociais. **Revista DCS**. 2025, v. 22, n. 81, p. 01-15.

SAVIANI, D. O choque teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

SOARES, L. J. G. **Educação de jovens e adultos - O que revelam as pesquisas**. 1ª Edição. – São Paulo: Autêntica, 2011 (Coleção Estudos em EJA).

VIEIRA, A. M. D. P.; SOUZA JUNIOR, A. A educação profissional no Brasil. **Revista Interações**, Paraná, v. 12, n. 40, 2016.

WITTMANN, L. C.; KLIPEL, S. R. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. Curitiba: IBPEX, 2010. (Série Processos Educacionais).